



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

A GESTÃO NO ÂMBITO DA ESFERA PÚBLICA: CONCEPÇÃO TEÓRICA SOBRE GESTÃO SOCIAL E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

MARILENE BATISTA DE OLIVEIRA¹

DAYANA CURY ROLIM²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre as concepções teóricas sobre gestão social no âmbito da esfera pública e seu desenvolvimento no contexto brasileiro. O debate faz parte de um item do primeiro capítulo da dissertação de mestrado em andamento. Utilizou-se de revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, tendo como categoria teórica de análise a gestão social. Projeta-se a importância do debate da gestão social pública para compreender o gerenciamento de instituições e serviços públicos, bem como sua eficiência na esfera pública em favor dos direitos e interesses dos cidadãos.

Palavras-chave: Gestão Social. Esfera Pública.
Gestão Democrática

ABSTRACT

This article aims to reflect on the conceptions of social management in the public sphere and its development in the Brazilian context. The debate is part of an item in the first chapter of the master's dissertation in progress. A literature review and bibliographic research were used, with social management as the category of analysis. Considering the importance of the debate on public social management to understand the management of public institutions and services, as well as their efficiency in the public sphere in favor of the rights and interests of citizens.

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

Keywords: Social Management, Public Sphere,
Democratic Management

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca da Gestão Social, faz-se necessário, considerando que a gestão social é uma categoria recente nos estudos das ciências sociais, tendo sido abordado no cenário brasileiro nos anos 1990, sua definição atravessa desde conceitos relacionados à gestão do combate à pobreza ou terceiro setor à gestão gerencial dialógica. O debate conceitual da gestão social no âmbito da esfera pública traduz nitidez no que diz respeito aos processos da administração do Estado e sua relação com a sociedade civil, assim como imprime o cariz ideológico que os/as gestores/as possuem sobre o Estado.

No âmbito das discussões em torno do conceito de gestão social, Filho (2008), sugere o termo gestão social para além do capital, partindo de uma perspectiva de gestão voltada para as demandas e necessidades do social, o qual se constitui por meio da sociedade pela via das diversas formas e mecanismos de auto-organização e participação social.

Nesse sentido, este artigo é resultado de pesquisa bibliográfica e revisão de literatura e tem como categoria teórica a gestão social, fomentando o debate em torno das concepções sobre gestão social no âmbito da esfera pública e seu desenvolvimento no contexto brasileiro, tendo como objetivo refletir criticamente sobre a gestão social no âmbito das políticas públicas e sociais como respostas às necessidades dos cidadãos, efetivadas por meio dos serviços, programas, benéficos e projetos desenvolvidos nas instituições e não somente como um modelo tradicional dos anos 1990 desenvolvido no Brasil, o qual apresentava um viés centralizador no setor setorial, conforme os ditames da reestruturação produtiva impulsionado pelo neoliberalismo.

Portanto, as concepções sobre gestão social fazem-se necessário, visto que no contexto brasileiro ao se legitimar como ações de direitos sociais nas instituições públicas, passaram por um processo de crise. Pois, tornaram-se obsoletas diante das transformações sociais advindas da crise do capitalismo e da generalização das expressões da questão social, ocasionados pelos problemas das relações sociais de poder entre Estado e a econômica de mercado gerenciada pelo neoliberalismo. Diante dessa problemática o Estado foi mobilizando a efetivar um novo modelo de gestão social democrática e participativa das políticas públicas.

Além desta introdução, este artigo apresenta o item sobre as concepções de gestão social e seu desenvolvimento no Brasil, bem como a sua conclusão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

2 CONCEPÇÕES SOBRE GESTÃO SOCIAL E SEU DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

As transformações contemporâneas do capitalismo trouxeram um conjunto de mudanças em âmbito mundial a partir da década de 1970 em decorrência da crise estrutural do capital e que repercutiu em diversas esferas da vida, da economia, no social, dentre outros setores impactados. O conceito de Gestão Social se desenvolveu no âmbito da esfera pública no Brasil a partir dos anos de 1990, sendo ainda um campo em construção.

A gestão social generalizou-se e ganhou relevância na reforma do Estado brasileiro por meio do pensamento neoliberal e pelo processo de privatização favorecendo o mercado. Na nova configuração da gestão social houve uma divisão de responsabilidades entre o Estado na esfera pública e o privado no que tange às demandas sociais contemporâneas.

Com o desmonte do Estado brasileiro a partir dos anos de 1990, o sistema de proteção social fragiliza-se diante dos cortes dos gastos públicos como um ditame neoliberal, havendo assim uma escassez de recursos para atender às crescentes demandas em decorrência das mazelas sociais que avança ao longo da década com as privatizações de estatais, focalização das políticas sociais, dentre outros que incentivam ações não governamentais e o fortalecimento do chamado “terceiro setor”.

No campo social, o chamado terceiro setor (nem Estado, nem mercado) ganha destaque “representado pela enorme expansão das organizações da sociedade civil e de fundações empresariais sem fins lucrativos” (Carvalho, 2001, p.16). A gestão da política social nesse novo arranjo está ancorada na parceria entre Estado, sociedade civil e na iniciativa privada, sendo o terceiro setor bastante valorizado na gestão social desde os anos de 1990.

Para Kauchakje (2008), a gestão social no Brasil gira em torno de cinco modalidades: a gestão patrimonial, a gestão tecnoburocráticas, a gestão gerencial, a gestão democrático-participativa e a gestão em rede, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1 - Cinco Modalidades de Gestão Social no Brasil.

Gestão patrimonial	Fundamentada na formação sócio-histórica brasileira é caracterizada pela privatização do Estado privilegiando alguns grupos da política quanto a alocação de recursos financeiros, humanos, material e de informação.
	Relacionada a critérios técnicos na gestão afastada de decisões ou interesses pessoais, pois a atribuição é arbitrária de méritos no que responde a distribuição de recursos e de projetos entre as pessoas,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gestão tecnoburocráticas	grupos sociais, municípios e estados. No entanto apresenta uma aparência de despolitização do processo decisório no refere-se à prioridade dos serviços. A gestão tecnoburocrática predominou no Brasil no período da ditadura militar, o qual revestiu as políticas públicas por meio da realidade tecnoburocráticas da neutralidade.
Gestão gerencial	Surgiu a partir dos anos de 1980 no contexto hegemônico por meio das práticas ideológicas do neoliberalismo, os quais questionavam a eficiência, a capacidade e a responsabilidade do Estado diante da questão social. A gestão gerencial, traz inovações gerenciais e democráticas (prestação de contas, a transparência da administração pública e a participação dos atores sociais como parceiros do Estado e da sociedade civil), no entanto introduziu na gestão pública os princípios da gestão empresarial, transformando os cidadãos em clientes, bem como incentiva a concorrência entre os entes federativos, o que pode causar um vazio nas políticas públicas.
Gestão democrático-participativa	Difundiu-se nos anos de 1970 e 1980 por meio dos movimentos sociais, possui suas bases na constituição Federal de 1988. A gestão democrático-participativa prioriza as demandas das classes populares no que se refere aos serviços efetivados através dos recursos disponibilizados, aos locais e populações destinatária, fazendo o papel inverso das prioridades da gestão das políticas públicas no Brasil. Visa fortalecer os processos decisórios e fiscais que atuam frente a democratização da política de acesso aos serviços, aos recursos socioeconômicos e culturais pela população. Os gestores inseridos na dinâmica do processo social e político apresentam compromisso com objetivo de fortalecimento das instâncias entre os entes e desenham a gestão democrático-participativa como base de direitos na concepção de equidade.
Gestão em rede	Surge no século XX combinado ao modelo da Gestão democrático-participativa, sendo inovadora, pois ultrapassa os traços históricos brasileiro de apenas ações sociais fragmentadas e sobrepostas. A gestão em rede articula-se aos recursos, aos sujeitos locais, regionais e globais, supera os atendimentos dos usuários em serviços e projetos sociais desconexos e descontínuos, que não potencializam mutuamente. Supera o trabalho setorial e paralelo, a gestão em rede aborda as políticas (habitação, saúde, cultura, assistência social, econômica e entre outras) de forma interfacetada, articulando os atores sociais do Estado e da sociedade civil como uma rede de acesso às políticas públicas fortalecendo o acesso aos direitos sociais da população em geral.

Fonte: Kauchakje, 2008.

As concepções de gestão social na perspectiva apresentada pela autora, compreende-se que as cinco modalidades de gestão social no Brasil apresentadas no quadro 1 foram as primeiras formas de gestão apresentadas no contexto brasileiro. A gestão patrimonial privatizou o Estado

privilegiando somente uns grupos para administrar os recursos financeiro. Já a gestão tecnoburocrática despolitizou o processo decisório, predominando na ditadura militar, período em que as políticas públicas passaram a ser neutras e tecnoburocráticas. A gestão técnico-burocrática se traduz em uma racionalidade burocrática em que se privilegia a rigidez e os critérios técnicos, isso, por conseguinte, reverbera na despersonalização das decisões do Estado e na despolitização da população, pois se pauta pela setorização e complexificação exacerbada das funções do Estado.

No que concerne a gestão gerencial surgiu nos anos de 1980 com as ideologias do neoliberalismo, concentrando-se na busca pela eficiência, esta, exporta conceitos da iniciativa privada, os usuários de direitos passaram a clientes, no qual a relação, usuário – serviço é substituída pela relação cliente – serviço, por isso, se sobressaem aspectos das práticas neoliberais como a contratualização entre o setor público e o setor privado, concorrência nos níveis de gestão do Estado. Por outro lado, exige-se transparência nas informações que envolvem tais processos.

Quanto a gestão democrática-participativa, é focada nos seguintes aspectos: na atuação local, na intersetorialidade das políticas públicas, na descentralização político-administrativa, na articulação entre as esferas de poder e prioridade das demandas das classes populares. Ressalta-se que os movimentos sociais dos anos de 1970 a 1980 foram fundamentais para fortalecer a gestão das políticas públicas no Brasil visto que os gestores apresentaram compromisso com os objetivos entre os entes, desenhando uma gestão de direitos e equidade.

A gestão em rede, aparece nos XX com inovações para uma gestão democrático-participativa, intercala as políticas de habitação, saúde, cultura assistência social, econômica e outras, facilita a articulação dos atores da sociedade civil o Estado, possibilitando o acesso dos direitos através das políticas públicas.

Neste sentido, Carvalho (2014) contribui com o debate acerca da gestão social, apresenta quatro novos tipos de contornos necessários à gestão da política pública que de fato atenda às demandas de um determinado município e população: gestão de ações públicas integrais e integradas, a gestão do território e de aproximação, a gestão participativa e a gestão do conhecimento, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 2 - Quatro novos contornos necessários à gestão das políticas pública



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gestão de ações públicas integrais e integradas	Esse modelo prioriza um olhar numa perspectiva integral e territorializada, adequando rotinas e processos para acolher suas demandas.
Gestão do território e de aproximação	Supõe convergência e integração de políticas, programas e projetos setoriais de modo a impor uma nova arquitetura institucional e organizacional.
Gestão participativa	As políticas públicas dependem hoje de soluções democraticamente partilhadas entre o Estado e sociedade.
Gestão do conhecimento	É a dimensão participativa da gestão, pressupõe a produção, a publicização e a transparência das informações relativas às ações públicas.

Fonte: Carvalho, 2014.

A expressão política pública generalizou-se, visto que o Estado se desobrigou de suas responsabilidades quanto pela ação efetiva da gestão social, passando, então a ser compartilhada com as empresas (segundo setor) e às organizações da sociedade civil (o terceiro setor), os quais assumiram a responsabilidade do poder público do Estado (primeiro setor). Neste sentido, o interesse público fica sob a estratégia do sistema neoliberal, no qual as políticas públicas tornaram-se mínimas, fortalecendo a responsabilidade da sociedade civil. Há a necessidade de uma gestão que privilegie as condições coletivas de necessidades dos indivíduos na perspectiva universal, como política pública (Carvalho, 2014).

O Estado neoliberal tem como característica a descentralização de suas responsabilidades e para isso cria a setorialização das políticas públicas e sociais, atuando como um Estado mínimo, em função do capital, onde as políticas públicas são formas de gerir as necessidades da sociedade e sujeitando os cidadãos aos interesses do capital.

Assim sendo para Carvalho (2014) a gestão social na contemporaneidade apresenta novos contornos, conforme o quadro 2, sendo necessários à gestão social do Estado na elaboração das políticas públicas. As gestões de ações públicas devem ser integrais e integradas entre: a gestão de território e aproximação, a gestão de participação e gestão de conhecimento, pois dão ênfase as necessidades das demandas da população no território, permitindo assim, na elaboração das políticas públicas, dos programas e dos projetos de forma democrática e partilhada entre o Estado e a sociedade, possibilitando na publicização e transparência das informações advindas das ações públicas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, os novos contornos na efetivação da gestão social com direção de princípios constitucionais na concepção de política pública no Brasil, direciona-se reconhecendo o direito do cidadão e o Estado, não apenas como regulador de gerência administrativa de ações dos programas sociais, mas como “fundamentalmente à governança das políticas e programas sociais públicos; à qualidade de bem-estar ofertados à nação e a cultura política impregnada ao fazer social” (Carvalho, 2014, p. 33).

Isso significa que o Estado tem responsabilidade não somente como regulador e administrador nos processos de implantação das ações das políticas públicas, mas como responsável pela transformação das ações das políticas públicas em matéria prima, redistribuindo em proteção social para melhor desenvolvimento dos cidadãos com a perspectiva de reduzir as desigualdades sociais e enfrentar a pobreza no Brasil.

Observa-se que diante das transformações societárias do capitalismo a partir da década de 1970 em âmbito mundial e no cenário brasileiro a partir dos anos 1990 com um intenso processo de reestruturação produtiva, o Estado atua a partir da ótica dos interesses dominantes. As transformações econômicas revelam um empobrecimento da população, momento em que se apresentam demandas ao Estado que deve atender as necessidades da sociedade, porém coloca-se em questão o atendimento das demandas de forma subalternizada, distanciando-se da noção dos direitos.

Para Carvalho (2015), a concepção de gestão social contemporânea está relacionada às mudanças no mundo e compreende um conjunto de ações, como a gestão de ações públicas integrais e integradas, que se relacionam às respostas da complexificação das questões sociais.

Já Silva (2010) faz algumas indagações sobre como consolidar a gestão social no contexto da reestruturação produtiva:

Como sustentar tal posição no contexto da reestruturação econômica capitalista global e da reforma do Estado em curso? a indagação é se há possibilidade histórica de consolidar a gestão social como política pública ou se ela vai sucumbir inexoravelmente à estratégia de mercado, sendo reduzida na verdade, jogando papel decisivo à condição de subsidiária dos negócios na esfera privada (Silva, 2010, p. 35).

A reestruturação produtiva no Brasil e o neoliberalismo impulsionaram o mercado financeiro a partir da financeirização da economia, com o objetivo de avançar na produção de riquezas. O que predomina nesse contexto é o crescimento da economia e como consequência surgem novas configurações de vulnerabilidades e uma variação de expressões da questão

social, causando a precarização da proteção social, enfraquecendo as conquistas de direitos dos trabalhadores, mobilizando a ação do Estado na efetivação da gestão social das polícias públicas.

Na análise de Silva (2010), a concepção de gestão social se destacou no Brasil no período da reforma do Estado sobre o pensamento neoliberal nos anos de 1990, havendo o deslocamento da esfera pública para a privada pela falta da ação do Estado, o qual transferiu sua responsabilidade para as empresas pela via do compartilhamento da forma de parcerias.

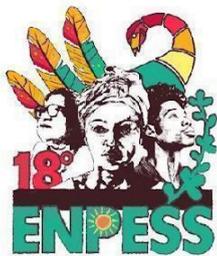
No âmbito das discussões em torno do conceito de gestão social, Filho (2008) sugere o termo gestão social para além do capital, assim, é preciso pensar uma gestão voltada para as demandas e necessidades do social, o qual se constitui por meio da sociedade pela via das diversas formas e mecanismos de auto-organização e participação social. Isto significa que, “a gestão social pode ser pensada também como modo de orientação para uma ação organizacional” (p. 30).

Não obstante, o conceito dado pelo autor permite inferir que a gestão social pode ser pensada desconectada do capital, que as críticas ao capital são reais, no entanto, a práxis pode reorientar o fazer a partir das demandas e necessidades da sociedade, que os processos organizacionais podem e devem contribuir para a emancipação social.

Filho (2008) apresenta outros modelos relacionados ao organizacional da gestão social: a gestão estratégica ou privada e a gestão pública, as quais fazem relação entre formas de gestão e espaços de sociedade, conforme o quadro que segue:

Quadro 3 - Formas de gestão e espaços societário

<p>Gestão estratégica privada</p>	<p>Corresponde as organizações atuando no espaço do mercado, regulado pela economia com a finalidade econômico-mercantil da ação organizacional. A racionalidade dessa gestão torna o social, o político, o cultural, o ecológico, o estético, subordinados ou reféns do econômico mercantis. A gestão privada apresenta privilégios técnico-metodológico produzido no âmbito da disciplina administrativa que sempre predominou no campo das empresas com consequências capitalistas. Suas ideias são reformuladas que se diversificam ao longo do tempo, implicando reflexos sobre a natureza e o homem na sociedade pelo viés da cultura, política e tecnologia.</p>
<p>Gestão pública</p>	<p>Desenvolve-se por meio das instituições públicas de Estado nas suas mais variadas instâncias. Sua operacionalização apresenta parâmetros de racionalidade conforme a atuação e composição do poder político governamental, podendo firmar-se lógicas mais democráticas, tecnoburocráticas ou clientelistas.</p>



Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gestão social	Caracteriza-se em gestão própria voltada para organizações da chamada sociedade civil, não atua originariamente como aquela gestão do mercado e do Estado. O econômico aparece apenas como um meio para a realização dos fins sociais, no plano político de uma luta por direitos sociais, ainda que as organizações tenham contribuição nas relações de parceria com as instituições privadas e públicas para efetivação dos projetos. Na gestão social sua prática é inversa com relação à lógica da empresa privada, a qual condiciona a especificidade. A dificuldade da gestão social são os desafios que se impõem à operacionalização.
---------------	---

Fonte: Filho, 2008.

Essas formas de gestão supracitadas fazem referência aos projetos societários aos quais são vinculados, visto que os eixos fundantes e balizadores desses modelos se pautam nos princípios e preceitos dos projetos de sociedade. A gestão privada contrapõe-se a gestão pública que privilegia o desenvolvimento das políticas públicas.

Uma síntese da discussão proposta por Filho (2008) sobre gestão social pode ser visualizada no esquema a seguir:



Figura 1- Esquema de Gestão Social
Fonte: Filho, 2010, p.35.

Conforme o esquema, o autor compreende que na gestão social os aspectos sociais se sobrepõem aos interesses econômicos e têm como desafios a construção dos referenciais teórico-metodológicos e a superação de uma cultura política clientelista e personalista.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, é relevante compreender que “a gestão social, como matéria-prima, das políticas públicas, seus elementos que os constitui como (o fazer político, a mobilização social, o investimento público e a regulação estatal) e seus desdobramentos: programas, benefícios, serviços e projetos” (Carvalho, 2014, p. 34), são elementos importantes para a intencionalidade e os desenhos da política pública, os quais acompanham os tempos e as demandas da sociedade, ou seja, as políticas públicas são evidenciadas pela ação do Estado em respostas às necessidades dos cidadãos na sociedade.

Isto posto, demandas sociais são frutos das relações sociais ligadas as carências dos indivíduos, próprios do desenvolvimento do capitalismo que alimenta a contradição entre a produção de riqueza e pobreza. Sendo assim, a finalidade da gestão social é exatamente garantir os direitos sociais por meio das políticas públicas desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios sociais.

Tenório (1998) analisa a gestão social a partir da participação pública na tomada de decisão com vistas à emancipação da sociedade, sendo valorizado o processo gerencial dialógico na esfera pública em que a tomada de decisão é realizada de forma coletiva de acordo com os pressupostos da cidadania deliberativa, visando a emancipação. Assim,

O tema gestão social tem sido evocado nos últimos anos para acentuar a importância das questões sociais para os sistemas-governo, sobretudo na implementação de políticas públicas, assim como para os sistemas-empresa no gerenciamento de seus negócios. Trata-se de justificar a presença do Estado mínimo na atenção focalizada, através de políticas sociais, e, ao mesmo tempo, de fomentar, flexibilizando, as relações de trabalho e de produção dos agentes econômicos. Em ambos os casos, o que se tem observado é uma teoria e prática de gestão social muito mais coerente com a gestão estratégica do que aquelas consentâneas com sociedades democráticas e solidárias (Tenório, 1998, p. 7).

Nessa direção, tomando a gestão social como um caminho para a implementação de políticas públicas diante das expressões da questão social em um cenário de estado mínimo, Carvalho (2001, p. 14) considera que “a gestão social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos não são apenas canais dessas necessidades e demandas, mas também respostas a elas”.

No entanto, nos últimos anos, “a gestão social tem sido objeto de estudo e prática muito mais associada à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que a discussão de gestão democrática.” (Tenório, 2007, p. 10). Sendo assim, a gestão social deverá ser um processo de diálogo entre o sistema público ou privado e os participantes da ação, isto é, os cidadãos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, a concepção de gestão social apresentada por Tenório (1998) tem a cidadania na relação com o conceito de gestão social almejado, na medida em que ela é entendida como uma ação política deliberativa, em que o indivíduo participa de uma ação democrática e de um processo de decisão nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes atuações, perseguindo a igualdade política e decisória.

Sob o ponto de vista da relação trabalho-capital, voltada para o entendimento da gestão social, o autor discorre que só ocorre quando o trabalhador toma consciência de seu papel como sujeito e passa a reivindicar os seus direitos enquanto trabalhador, exigindo a sua participação no processo de tomada de decisão do sistema-empresa.

Já na relação sociedade-Estado, Tenório (1998) revela este como *locus* onde tem atuado o terceiro setor, desse modo, na ação gerencial dialógica – gestão social, a cidadania deliberativa sugere que a pessoa, ao tomar ciência de sua função como sujeito social na organização da sociedade deve atuar com uma presença ativa nos destinos de sua comunidade.

Isto posto, gestão social tem como finalidade a cidadania na relação entre o indivíduo que participa ativamente do processo decisório nas diferentes instâncias públicas e sociais, tendo igual valor de uma governante. Por esse motivo que exemplifica sobre a relação entre trabalho e capital, pois quando um trabalhador sabe de seus direitos, exigirá participação no processo de decisão na empresa. Outro exemplo é a relação entre sociedade e Estado, o qual existe um diálogo gerencial entre o sujeito da sociedade e o Estado.

Para tanto, a concepção de gestão social para Silva (2010) engloba um conjunto de estratégias destinadas a promover a vida em sociedade, voltados para democracia, equidade, universalidade e justiça social, especialmente no contexto dos serviços, mas não se limitando a eles, e vai além da lógica de mercado, visto que se alicerça nos preceitos democráticos, considerando os direitos sociais fundamentais. Silva entende por gestão social:

Como um conjunto de estratégias voltada à reprodução *da vida social* no âmbito privilegiado dos serviços, embora não se limite a eles, na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, na ampliação do acesso à riqueza social, material e imaterial na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendido como direito social, sob valores democráticos como equidade, universalidade e justiça social (Silva, 2010, p. 32).

Dessa forma, a gestão social de política públicas com modelo tradicional, centralizado e setorial não mais oferece respostas às necessidades dos cidadãos, por isso que provoca crise na concepção e legitimidade em suas ações. Pois, a gestão social fica obsoleta diante das

transformações sociais advindas das expressões da questão social expressa nas diversidades de problemas a serem enfrentados pela população em seu ciclo de vida.

Nesta perspectiva, as demandas das necessidades nos ciclos de vida são complexas, pois os cidadãos encontram barreiras de acesso no que concerne ao bem-estar social, o qual inclui o acesso a vários segmentos da vida para suprir suas necessidades, tais como: assistência social, saúde, habitação, emprego, alimentação, ao esporte e lazer, entre outros, sendo processos individuais e sociais do ser humano em sociedade. No entanto, a desigualdade social apresenta-se como uma enorme fratura estrutural devido a disparidade na distribuição de renda bruta no segmento das relações de mercado e trabalho, bem como na distribuição de direitos básicos de cidadania.

Sendo assim a finalidade da gestão social é exatamente garantir os direitos sociais por meio das políticas públicas desenvolvidas pelos serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios sociais. Por isso da urgência de uma nova agenda na gestão social das políticas públicas de inclusão, criado sob a dinâmica da desigualdade e das vulnerabilidades sociais diante das relações sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que as diversas concepções sobre gestão social estão interligadas nos processos histórico e social, esse processo determina o gerenciamento das ações da gestão social, sejam tanto de instituições públicas, privadas ou empresariais.

Parte-se do entendimento de que as gestões de ações públicas devem ser integrais e integradas para efetivação dos programas e dos projetos de forma democrática e partilhada entre o Estado e a sociedade. Os novos contornos de gestão social contribuem na direção de princípios constitucionais na concepção de direitos sociais no Brasil.

Por fim, acredita-se na inovação de uma gestão social da política pública que efetive-se a partir da participação democrática, priorizando as demandas em seus territórios, revelando as desigualdades sociais e a complexidade das expressões da questão social no meio urbano e rural, dando respostas pela via de direitos sociais concretizados por meio da gestão social de políticas públicas nos serviços, programas, projetos e benefícios. Sabe-se que é um desafio, visto que a perspectiva gerencial da gestão social está sobre o comando do ideário neoliberal na contemporaneidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Gestão Social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos**. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Introdução à temática da gestão social**. In: (Coleção gestores sociais). (Adaptado) Gestão de projetos sociais/Célia M. de Ávila. Coordenação, AAPCS –Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária – 3ª ed. rev. – São Paulo. 2001, p. 15-16.

FILHO, Genauto Carvalho de França. **Parte II - Teorias em Construção: Definindo gestão social**. In: Coleção Enapegs V1. Gestão social Práticas em Debate, teorias em construção/Organizadores: JR, Jeová Torres Silva; MÂSIH, Rogério Teixeira; CANÇADO; Airton Cardoso; SCHOMMER, Paula Chies. 1ª Edição. Juazeiro do Norte. 2008, p. 25 -35.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

KAUCHAKJE, Samira – **Gestão Pública de Serviços Sociais**, 2 edição, Curitiba, Ibpex, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso. **Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: pesquisa Bibliográfica**. Revista Katálysis, Florianópolis, v.10, 2007, p.37-45.

SILVA, Ademir Alves da. **A Gestão da Seguridade brasileira: entre a política pública e o mercado**, São Paulo: Cortez, 2010.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão Social: metodologia e casos**, 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 5, p. 7 a 23, 1998. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7754>. Acesso em: 26 jul. 2024.